

RELATÓRIO GERENCIAL

PRIMEIRO CICLO
DO ASSEMBLEIA
FISCALIZA 2021
(junho/21)

INFRAESTRUTURA
E MOBILIDADE



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

Secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade

Fernando S. Marcato

Coordenadora Especial de Concessões e Parcerias

Vanice Cardoso Ferreira

Fernanda Alen G. da Silva (em exercício)

Subsecretário de Estado de Transportes e Mobilidade

Gabriel R. Fajardo

Subsecretário de Estado de Infraestrutura

Breno Longobucco

1. INTRODUÇÃO

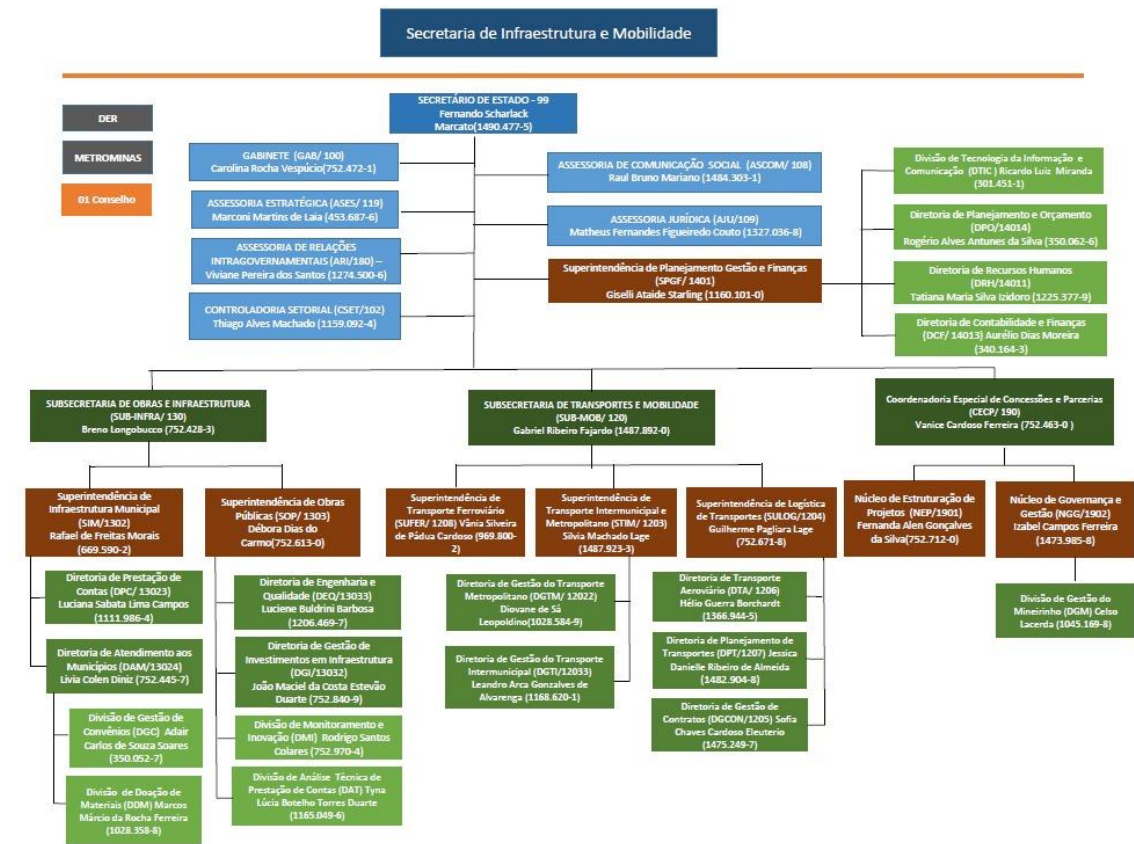
O presente relatório apresenta as principais ações da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra) e de sua autarquia vinculada, o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG) durante o ano de 2021, bem como a atualização dos marcos e cronogramas dos projetos prioritários do sistema.

Inicialmente, faz-se um panorama acerca do andamento da segunda rodada de concessões de rodovias estaduais, que totaliza cerca de 3 mil quilômetros e contempla aproximadamente 120 municípios.

Na sequência, são atualizadas as informações sobre as obras rodoviárias em andamento sob responsabilidade do DER-MG, bem como aquelas previstas e concluídas. Do mesmo modo, são apresentadas informações sobre as obras de edificações em execução pela autarquia, que é responsável pela construção e reforma de prédios públicos, como escolas, hospitais e unidades de segurança pública.

O documento detalha, ainda, o desenvolvimento do Plano Estratégico Ferroviário (PEF) e a celebração de convênios de saída e doação de materiais.

2. ORGANOGRAMA SEINFRA



3. CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

Com extensa malha rodoviária, Minas Gerais registrou, em 2019, 6.824 acidentes, com 6.004 feridos e 441 mortes. Considerando os custos anuais médios estimados com os acidentes rodoviários, no período de 2018-2019, o IPEA aponta que os custos chegam a mais de R\$1 bilhão.

A ocorrência de acidentes está intimamente relacionada com a qualidade das vias. A pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Transportes (CNT) aponta que 30% das rodovias sob gestão pública apresentam qualidade péssima e ruim, ao passo que apenas 5,2% são consideradas ótimas. Lado outro, o estudo revelou que 38,2% da malha rodoviária sob gestão concedida é avaliada como ótima e menos de 2,4% consideradas em situação péssima e ruim.

Os dados revelam, portanto, que a delegação da operação, manutenção, conservação e ampliação de rodovias à iniciativa privada, por meio de contratos de concessão, é uma alternativa para promoção de investimento e eficiência na prestação de serviço ao usuário, assegurando a qualidade e segurança da malha rodoviária.

A 1ª Rodada de Concessões de Rodovias mineiras proporcionou a concessão de duas rodovias, quais sejam: MG-050 e BR-135.

A MG-050, com 371,4km de extensão, interliga a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) à divisa com São Paulo. A área de influência da rodovia abrange, ainda, as regiões sul e centro-oeste de Minas Gerais, totalizando 50 municípios. O contrato de concessão foi assinado em 2007 e engloba R\$420 milhões de investimentos previstos de 2019 a 2023.

A BR-135, com 364km de extensão, abrangendo a LMG- 754 e MG-231, na região central do estado, teve seu contrato assinado em 2018 e os investimentos previstos de 2019 a 2023 são de R\$1 bilhão.

Em relação às ações e medidas adotadas junto às concessionárias durante a pandemia da COVID-19 estão a postergação do reajuste tarifário em função da implementação da onda roxa; medidas profiláticas de higiene; redução de quadro no escritório administrativo, aderindo ao trabalho remoto; pagamento da tarifa do pedágio coletado por meio de uma cesta plástica; suspensão de atividades com interação direta com o público e entrega de kits de alimento e higiene a caminhoneiros.

O atual Programa de Concessões Rodoviárias da Seinfra tem como pilar a segurança dos usuários que trafegam nas vias e a ampliação de capacidade e recuperação das rodovias, fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico do Estado.

Lotes Rodoviários

A 2ª Rodada de Concessões de Rodovias está atualmente em estruturação. Estão sendo modelados sete lotes, sendo que os referentes ao Triângulo Mineiro, Sul de Minas, Varginha-Furnas, São João Del Rei, Itapeçerica-Lagoa da Prata e Perdões-Patos de Minas estão em estruturação pelo BNDES. O Lote Ouro Preto-Brumadinho, por sua vez, tem sido modelado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A malha em estudo para concessão totaliza uma extensão de aproximadamente 3 mil quilômetros e contempla cerca de 120 municípios, beneficiando diretamente mais de 5 milhões de pessoas, geração de 45.459 empregos diretos e 161.612 empregos indiretos, e expectativa de atração de mais de R\$ 11 bilhões em investimentos privados para a ampliação de capacidade e recuperação das rodovias, além da estimativa de mais de 1, 17 bilhões em arrecadação de impostos indiretos, fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico do Estado.

Em 19 de junho foi lançada Consulta Pública para o processo de concessão de dois primeiros lotes modelados pelo BNDES - Triângulo Mineiro e Sul de Minas, os quais

somam aproximadamente 1.100 quilômetros de extensão e possuem investimentos estimados da ordem de R\$3,6 bilhões ao longo dos 30 anos de concessão. As contribuições em âmbito da Consulta Pública poderão ser enviadas até 03 de agosto deste ano. Neste período, entre os dias 12 e 16 de julho serão realizadas sessões presenciais de audiências públicas em municípios da região do Triângulo e Sul de Minas e no dia 19 de julho será realizada audiência pública virtual para colher manifestações de toda a população interessada. Os regulamentos e demais informações estão disponíveis no site da Seinfra e da Unidade PPP.

O lote do Triângulo Mineiro possui extensão de 627km, valores de investimentos de R\$2 bilhões, arrecadação em imposto sobre tributos estimada em R\$213 milhões, geração de 37.649 empregos, dos quais 8.265 são diretos e 29.384 indiretos. Além disso, espera-se uma redução anual de R\$21 milhões com gastos referentes aos acidentes nos trechos concessionados.

O lote do Sul de Minas, por sua vez, possui extensão de 465km, valores de investimentos de R\$1,6 bilhões, arrecadação em imposto sobre tributos estimada em R\$170,7 milhões, geração de 30.119 empregos, dos quais 6.612 são diretos e 23.507 indireto. A expectativa é que haja uma redução anual de R\$40,1 milhões com gastos referentes aos acidentes nos trechos concessionados.

As concessionárias estarão obrigadas a realizar, já nos 24 primeiros meses da concessão, investimentos para a melhoria das condições de tráfego e segurança das estradas sob sua responsabilidade. Ao final dos seis primeiros anos de concessão, todos os trechos concedidos deverão atender aos parâmetros de desempenho especificados no programa de exploração das rodovias.

No lote do Triângulo Mineiro, destaca-se a implantação de 39 km de faixa adicional e de duplicação de 10 km em rodovias que serão definidas de acordo com estudos de tráfego, a criação de 347 km de acostamentos e a implantação do contorno em Perdizes. O valor total de investimentos é de cerca de R\$ 2 bilhões.

Já no lote do Sul de Minas, haverá a implantação de 37 km de faixas adicionais e de 382 km de acostamentos. O valor total de investimentos é de cerca de R\$ 1,6 bilhões.

Além desses investimentos, os lotes contam com obras que visam o aumento da segurança viária, tais como a inclusão de interconexões nos principais acessos, rotatórias alongadas, travessias de pedestres e pontos de ônibus.

Em relação ao cronograma do Programa de Concessões Rodoviárias, está prevista a realização da sessão de licitação dos Lotes 1 – Triângulo Mineiro e 2 – Sul de Minas em novembro de 2021.

A publicação do edital de consulta pública do lote 7 Ouro Preto-Brumadinho deverá ocorrer em julho de 2021, com a sessão de licitação prevista para março de 2022.

Os editais de consulta pública dos lotes 3 – Varginha-Furnas, 4 –São João Del Rey, 5 – Itapeçerica-Lagoa da Prata e 6 – Perdões-Patos de Minas serão publicados em agosto de 2021, com as sessões de licitação previstas para fevereiro e março de 2022.

O Programa de Concessões Rodoviárias irá gerar benefícios que transbordam à região das rodovias concessionadas. O montante de outorga recebido pelo Estado será aplicado no Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes – Funtrans, gerido pelo Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER/MG, cujo objetivo é repassar recursos e financiar serviços, obras, ações e atividades relativas aos transportes em 26 mil quilômetros de rodovias de Minas Gerais.

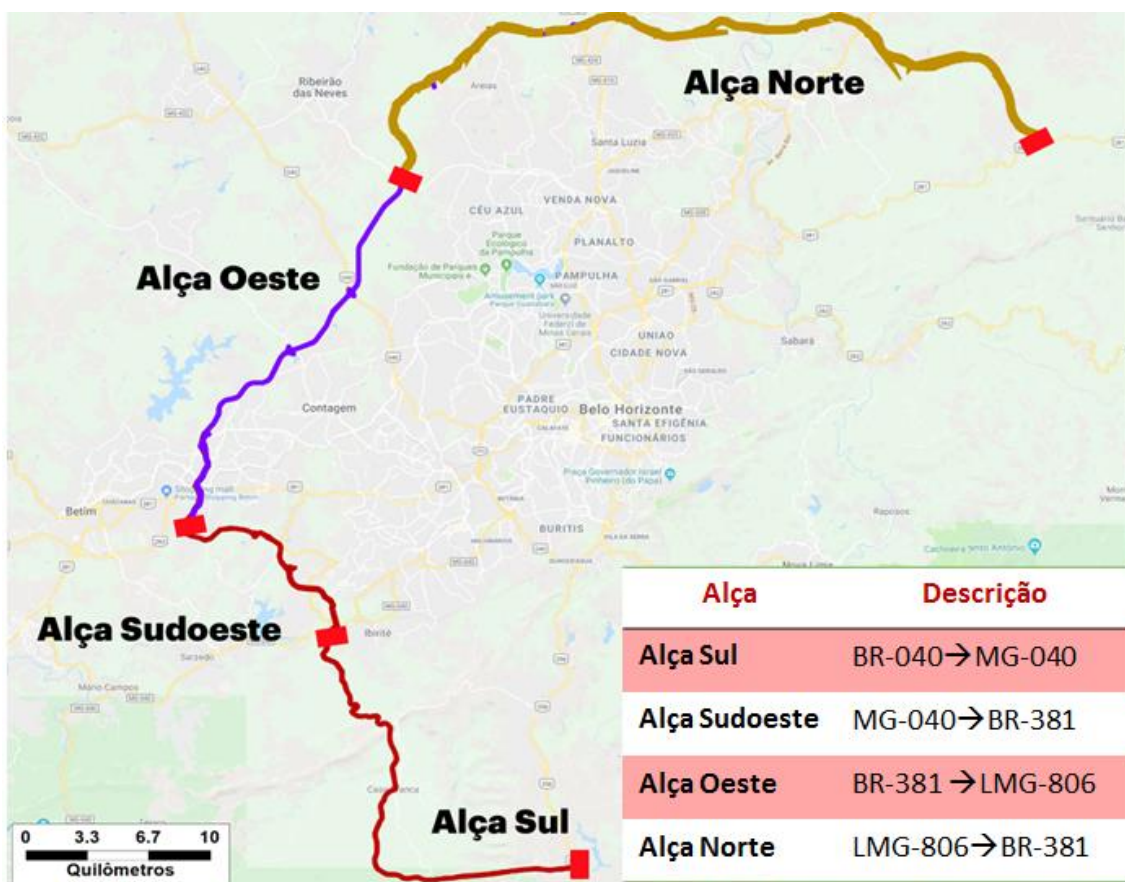
Rodoanel

Em fevereiro de 2020 a SEINFRA começou a desenvolver os estudos necessários para a concessão do projeto, construção, manutenção e operação do Rodoanel da Região Metropolitana de BH. Em dezembro do ano passado a modelagem inicial foi concluída e de fevereiro a abril de 2021 foram realizadas consultas e audiências públicas para apresentação, discussão e coleta de contribuições para o projeto. Foram mais de 650 contribuições recebidas após 51 mil acessos ao repositório online de livre acesso, das 41 reuniões de alinhamento realizadas com empresas, órgãos ambientais, municípios e sociedade civil.

No momento estão sendo estudadas outras alternativas de traçado recebidas no âmbito da Consulta Pública para que até setembro a modelagem seja revisada e em novembro tenhamos a publicação do edital, com realização do leilão em março/2022.

O projeto terá impacto direto na região metropolitana da maior cidade do estado. O Rodoanel visa criar um corredor logístico eficiente conectando todas as regiões do país, de forma a fornecer segurança e fluidez ao tráfego comercial, através dos seus mais de 100 km de extensão. Serão cerca de R\$ 6 bilhões em investimento iniciais, beneficiando diretamente mais de 10 municípios que correspondem a cerca de 30% do PIB de MG e cerca de 5 milhões de pessoas.

Abaixo o desenho esquemático do rodoanel e sua segmentação:



4. TRANSPORTES E MOBILIDADE

a. Transporte coletivo metropolitano e intermunicipal

Ações do transporte coletivo na pandemia

Podemos agrupar os principais impactos gerados pela pandemia COVID-19 ao setor a partir de uma única variável, a queda na demanda em função das medidas de isolamento, que gerou:

1. Queda de receita das concessionárias (que são remuneradas unicamente pela tarifa);
2. Superlotação dos ônibus (principalmente nos horários de pico) em função da necessidade de remanejamento constante dos quadros de horários para adaptação à nova demanda;
3. Aumento das reclamações dos usuários;
4. Migração dos usuários para o transporte individual (motos, fretado ou mesmo clandestino);
5. Paralisação e/ou suspensão de linhas intermunicipais em função da baixa demanda e restrições de viagens;

Seguem-se algumas medidas de enfrentamento à COVID-19 relacionadas a esta Subsecretaria:

1. Orientação e fiscalização dos concessionários a fim de assegurar o cumprimento das normas e medidas das autoridades sanitárias, tais como:
 - a. Encaminhamento de ofícios informando e determinando a adoção de medidas profiláticas de combate ao Coronavírus (disponibilização de álcool em gel para usuários dos serviços e colaboradores; higienização das instalações de trabalho, cabines de pedágios, obrigatoriedade de utilização de máscaras pelos colaboradores, demarcação de filas para manutenção do distanciamento de segurança etc.);
2. Intensificação e adoção de protocolos específicos de higienização das estações de transporte coletivo metropolitano;
3. Disponibilização de informações (cartazes) de combate ao vírus nas estações, veículos e terminais;
4. Atos normativos expedidos pela Subsecretaria de Transporte e Mobilidade

Ato normativo	Descrição	Data de Publicação
Ato Regulamentar nº 002, de 10 de junho de 2020	Institui o cadastro provisório para inclusão de veículos nos Sistemas de Transporte Público Coletivo de Passageiros Intermunicipal e Metropolitano, durante a vigência do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19.	19 de junho de 2020
Ato Regulamentar nº 003, de 28 de agosto de 2020	Dispõe sobre a prorrogação da vigência das permissões dos veículos de transporte individual de passageiros por táxi em região metropolitana durante a vigência do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19 e dá outras providências.	29 de agosto de 2020

Ato regulamentar 004, DE 03 de setembro de 2020	Regulamenta os critérios para a tripulação necessária para a operação das linhas do Transporte Coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros e suspende a aplicação do Ato Regulamentar nº 62, de 23 de janeiro de 2017, enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19.	03 de setembro de 2020
Ato regulamentar nº 005, de 09 de setembro de 2020	Dispõe sobre a alteração provisória do regime de funcionamento de linhas do Sistema de Transporte Público Coletivo Intermunicipal de Passageiros, instituindo horário diferenciado durante a vigência do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19.	10 de setembro de 2020

Estudos de Desequilíbrio: com a eclosão da pandemia COVID-19 foram identificadas graves lacunas nos contratos de concessão do transporte coletivo de passageiros com relação às premissas econômico-financeiras, razão pela qual a SEINFRA, com a participação de diversos especialistas no assunto e das concessionárias, tem realizado estudos para o estabelecimento de um método de reequilíbrio para as concessões de transporte coletivo em vigor – exemplo: diagnóstico crítico elaborado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID acerca do modelo atual de regulação dos serviços de transporte coletivo metropolitano e intermunicipal.

RMBH Fiscaliza

Foram formalizados Convênios da SEINFRA com os Municípios da Região Metropolitana e os órgãos encarregados da fiscalização do transporte, no intuito de estabelecer uma metodologia clara e eficaz de fiscalização que atenda com maior desenvoltura as demandas dos usuários do setor.

A Secretaria tem padronizado as tarefas de fiscalização operacional a cargo do DER-MG e oferecido cursos de capacitação aos fiscais municipais, a fim de ampliar a abrangência e eficiência das fiscalizações das concessionárias em operação.

Tomada de subsídios e “revogação”:

A Secretaria publicou no final do ano passado Tomada de Subsídios visando receber manifestações da sociedade civil, dos operadores e usuários sobre os atos regulamentares do transporte coletivo de passageiros. As contribuições recebidas já

foram consolidadas e se encontram em fase de análise, que permitirão a revogação de várias normativas que não mais refletem as práticas do setor.

Publicação de normativas

A Secretaria já elaborou diversos procedimentos internos padrão (POPs) no intuito de esclarecer e simplificar as ações interna de gestão, desburocratizando-as ao máximo a fim de trazer maior dinâmica ao setor.

Definição de premissas:

A Secretaria tem buscado estabelecer, em conjunto com as concessionárias, parâmetros objetivos para a realização dos reajustes anuais de tarifa e procedimentos de reequilíbrio, garantindo racionalidade e segurança jurídica na aplicação das normas, tais como a Resolução SEINFRA nº 07/2020 (pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro nos contratos de transporte metropolitano) e a Resolução SEINFRA Nº 037/2020 (com o mesmo objeto, mas enfoque no transporte intermunicipal).

b. Concessões rodoviárias vigentes

Atualmente, a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (SEINFRA) tem duas concessões rodoviárias vigentes, MG-050 e BR-135. A concessão da MG-050 se iniciou no ano de 2007 com duração prevista de até 2032 e a concessão da BR-135 se iniciou em 2018 e com previsão de 30 anos de duração.

MG 050

O CONTRATO SETOP 007/2007 (MG-050) tem por objeto a concessão patrocinada (Parceria Público-Privada) de 371,4 Km de extensão de rodovia que interliga a região metropolitana de Belo Horizonte à divisa com o Estado de São Paulo. Em detalhe são os seguintes trechos rodoviários: Trecho entroncamento BR 262 (Juatuba) - Itaúna - Divinópolis - Formiga - Piumhi - Passos - São Sebastião do Paraíso, o trecho Entrº MG 050/Entrº BR 265, da BR 491 do km 0,0 ao km 4,65 e o Trecho São Sebastião do Paraíso - Divisa MG/SP da Rodovia BR 265.

São previstos investimentos no valor total de R\$ 886 milhões ao longo da vigência contratual, para a recuperação, ampliação e manutenção da rodovia, executados pela concessionária AB Nascentes das Gerais. Sendo o valor de R\$ 420 milhões para o período de 2019 a 2023.

Atualmente, encontram-se em andamento as tratativas do 8º Termo Aditivo ao Contrato nº 007/2007, com previsão de assinatura até o final do ano. Este aditivo faz-se necessário para revisão dos prazos de execução das obras previstas no Cronograma vigente, e seus eventuais reequilíbrios, e outros diversos passivos contratuais acumulados desde o último termo.

Em virtude do atraso de algumas obras obrigatórias, e como resultado do descumprimento do cronograma contratual, esta SEINFRA instaura Processos Administrativos Punitivos (PAP). São criados processos para cada Intervenção Obrigatória (ITV) buscando apurar causas, responsabilidades e consequências, sendo que atualmente estão em andamento 33 procedimentos.

Em junho de 2021 estão em andamento de 9 Intervenções Obrigatórias (ITV). Outras 46 obras devem ainda serem iniciadas e concluídas até o final do contrato em 2032.

No que diz respeito a reajuste tarifário o contrato prevê que seja realizado anualmente para abarcar os efeitos relacionados a inflação, utilizando-se para isso índices específicos. O reajuste referente a 2021 foi postergado em 60 dias devido a implementação da onda roxa do programa de combate a pandemia COVID-19.

BR 135

Já o CONTRATO SETOP 004/2018 (BR-135) tem por objeto a concessão (Concessão Comum) de 364 Km de extensão das rodovias BR-135, LMG- 754 e MG-231, divididos da seguinte forma: BR-135 - iniciando no km 367,65 (Início da alça do Trevo do entroncamento da BR-135 com a BR122/251/365 - Contorno de Montes Claros) e findando no km 668,85 (Início da alça do Trevo do entroncamento da BR-135 com a BR-040(A) - São José da Lagoa), com extensão de 301,20 km; - MG-231 - iniciando no km 41,00 (Entroncamento da MG-231 com a LMG-754 - Perímetro Urbano de Cordisburgo) e findando no km 63,65 (Início da alça do entroncamento da MG-231 com a BR-040 - Paraopeba), com extensão de 22,65 km; e - LMG-754 - iniciando no km 2,85 (Fim da alça do entroncamento da LMG-754 com a Avenida Brasil - Perímetro Urbano de Curvelo) e findando no km 42,95 (Entroncamento da LMG-754 com a MG231 - Perímetro Urbano de Cordisburgo), com extensão de 40,10 km).

Os investimentos previstos são da ordem de R\$ 3,6 bilhões, sendo R\$ 1 bilhão entre 2019 e 2023, tendo como destino 137 km de duplicação, 55 km de faixas adicionais, 6 km de vias marginais, 4 km de contornos de trechos urbanos, melhorias de 90 acessos, 31 interseções, 10 passarelas e 53 paradas de ônibus. Até o momento foram investidos R\$ 237 milhões em serviços operacionais, intervenções iniciais e implantação de 14 km de faixas adicionais na rodovia BR-135.

Com apenas 03 anos de vigência, já foram apurados alguns desequilíbrios econômico-financeiros no instrumento contratual. Dessa forma, foram iniciadas em 2021 as tratativas para a execução do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, que também deverá ser instruído e assinado até o final do ano.

O reajuste tarifário também ocorre anualmente conforme previsão contratual, mas, assim como em 2020, o reajuste de 2021 também foi postergado, dessa vez por 60 dias em função dos impactos econômicos e sociais da pandemia.

c. Investimentos Ferroviários no Estado

Plano Estratégico Ferroviário de Minas Gerais – PEF Minas

O PEF Minas está em fase de conclusão pela Fundação Dom Cabral, com previsão de entrega ainda para a primeira quinzena de julho de 2021. Fruto do Acordo de Cooperação Técnica firmado pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade - SEINFRA, e a Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários – ANTF, PEF Minas teve como objetivo avaliar o modal ferroviário existente, identificando a viabilidade, necessidade e o potencial de projetos ferroviários de transporte de cargas e de passageiros, que gerem benefícios à sociedade e à economia, subsidiando as ações do Estado por meio de um embasamento técnico e econômico-financeiro sólido aptos a direcionar as ações prioritárias do Governo de Minas em relação ao modal ferroviário.

Nesse sentido, a partir do trabalho desenvolvido pela Comissão Pró-Ferrovias Mineiras, consolidado no Relatório Final de 2018, somado à contribuições que foram encaminhadas por entidades ferroviárias, municípios, Deputados Estaduais, Federais, e outros, foram formadas e analisadas 44 (quarenta e quatro) propostas de projetos ferroviários, sendo 24 (vinte e quatro) propostas para os trens de cargas e 20 (vinte) propostas para trens de passageiros, divididos em trens turísticos, trens regionais e trens metropolitanos, representando uma carteira de investimentos da ordem de R\$40,26 bilhões.

É um planejamento que contempla o curto, médio e longo prazo e é reconhecido pela Lei Estadual nº 23.748/2020, como o planejamento oficial do Estado para o modal ferroviário.

Shortlines

Foi publicado no dia 08 de junho de 2021 o Decreto nº 48.202, que trata da regulamentação da exploração da infraestrutura e dos serviços ferroviários no Estado de Minas Gerais, por meio de autorização.

Inovação trazida pela Emenda Constitucional nº 105/2020 e a Lei nº 23.748/2020, propiciará o aproveitamento de ferrovias abandonadas e ainda a construção de novas linhas pelo empreendedor privado de uma forma desburocratizada, proporcionando o aumento do nível de investimentos no setor ferroviário e impulsionando o desenvolvimento da infraestrutura existente no Estado, além de promover um avanço na gestão ferroviária quebrando um paradigma de modelos únicos de concessão.

Este Decreto reflete ações de um Estado que resgata em suas origens oportunidades para o futuro, visando a captação de mais investimentos, emprego, mobilidade, cultura e inovação, representando o vanguardismo de Minas Gerais ao lançar uma legislação moderna e única no país, inspirada no modelo das *shortlines* americanas, que permitirá a realização de investimentos que poderão ultrapassar os R\$ 26 bilhões nos próximos anos, gerando até 373 mil empregos diretos e indiretos e 2,8 bilhões em arrecadação de impostos.

Renovação das Concessões Ferroviárias

A SEINFRA tem atuado ativamente junto às concessionárias e o Governo Federal, visando garantir a aplicação de recursos das outorgas oriundas das renovações das concessões ferroviárias das concessionárias Ferrovia Centro-Atlântica S/A – FCA e MRS Logística S/A, que atuam no Estado e concentram cerca de 50% das malhas ferroviárias concedidas em território mineiro.

Junto à concessionária FCA e o Governo Federal estão sendo negociados investimentos da ordem de R\$ 4 bilhão de reais, a serem aplicados na malha ferroviária que concentrada o Estado, incluindo a construção do trecho Pirapora – Unai – Luziânia (GO) com extensão de 420 km, totalmente *greenfield*.

Já com relação a outorga da renovação da concessão da MRS Logística o Estado busca atrair além de investimentos na expansão da malha ferroviária e em acessos rodoviários, a criação de um Fundo Ferroviário, na ordem de R\$ 800 milhões, para a aplicação em projetos ferroviários de interesse do Governo Estadual e Federal, que poderão ser implementados ou fomentados pela modalidade da autorização.

Núcleo de Desenvolvimento Tecnológico Ferroviário de Minas Gerais

Com o apoio dos Deputados João Leite e Roberto Andrade, por meio de emendas parlamentares, e uma parceria com a Universidade Federal de Viçosa com a SEINFRA e a FAPEMIG, será criado o Núcleo de Desenvolvimento Tecnológico Ferroviário de Minas Gerais, cujo objetivo é a realização de pesquisas e outras atividades dedicadas ao desenvolvimento científico e tecnológico ferroviário, desenvolver o conhecimento da engenharia ferroviária, bem como o domínio e a atualização permanente da tecnologia, garantindo a realização de parcerias e a colaboração com entidades e Universidades que trabalham no setor, contribuindo para o desenvolvimento e modernização do transporte ferroviário de Minas Gerais, com a formação e o treinamento de pessoal, desenvolvimento de novas tecnologias, e transferência de tecnologia.

Os projetos poderão contar ainda com Recursos oriundos dos contratos de concessões ferroviárias para o Desenvolvimento de Tecnológico, que serão regulamentados pela ANTT e destinados anualmente à projetos que visem a inovação no desenvolvimento de métodos e tecnologia básica e aplicada, soluções para problemas específicos e soluções de integração com o meio ambiente.

5. OBRAS DE IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO E AÇÕES DE MANUTENÇÃO NA MALHA RODOVIÁRIA ESTADUAL

Com extensa malha rodoviária sob sua gestão, de aproximadamente 26 mil quilômetros de trechos pavimentados, e 5 mil quilômetros de trechos não pavimentados, o DER-MG atua em empreendimentos rodoviários de implantação e pavimentação de novos trechos, bem como em conservação de malha pré-existente.

Apesar de contexto ruim herdado, de restrição fiscal-orçamentária aguda, a autarquia, por meio de financiamento próprio e de parcerias (convênios federais, BNDES, CODEMGE), conseguiu apresentar os seguintes resultados até a presente data:

Há previsão de execução de 22 empreendimentos rodoviários, desses, 12 obras de implantação e pavimentação estão em andamento, 8 obras estão com previsão de início ainda em 2021* e 2 obras estão em fase de conclusão. O total de investimentos previstos são da ordem de R\$ 820 milhões de reais.

***Destaca-se que dessas 8 (oito) obras com previsão de início ainda em 2021, 5 (cinco) estão contempladas em acordo de reparação firmado junto à Vale em decorrência de rompimento de barragem de Brumadinho.**

EMPREENHIMENTO	RODOVIA	EXTENSÃO	VALOR
CAETÉ - BARÃO DE COCAIS E CONTORNO DE BARÃO DE COCAIS	MGC262	28,5 KM	R\$ 90.715.000
ESMERALDAS - SÃO JOSÉ DA VARGINHA	MG060	31,8 KM	R\$ 57.500.000
PAPAGAIOS - POMPÉU	MG060	44,8 KM	R\$ 78.010.000
PINTÓPOLIS - URUCUIA E OAE'S	MG402	73,1KM	R\$ 60.690.000
PINTÓPOLIS - SÃO FRANCISCO (CONSTRUÇÃO DA PONTE SOBRE O RIO SÃO FRANCISCO E VARIANTE)	MG402	3,1KM	R\$ 125.680.000
TOTAL		181,6 KM	R\$ 412,6MILHÕES

Adicionalmente, cabe destacar que ações de manutenção rotineira estão sendo executadas com regularidade e de acordo com cronograma previsto. O DER-MG apresenta 40 regionais distribuídas pelo Estado de Minas Gerais, as quais são responsáveis pelo gerenciamento *in loco* de recursos, e também pela fiscalização e correta aplicação de instrumentos de contratos que garantam a plena trafegabilidade das vias no Estado. Até a presente data, foram investidos R\$ 123 milhões em ações de manutenção rotineira, e há orçamento remanescente da ordem de R\$ 197 milhões para o ano de 2021.

6. OBRAS DE EDIFICAÇÃO EM EXECUÇÃO NO DER-MG

Durante o ano de 2021, a SEINFRA, em parceria com o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG), trabalhou na execução de 27 obras de edificações no Estado, das quais 5 já foram concluídas. Além disso, 7 outras intervenções tem início previsto ainda em 2021. As obras distribuem-se entre as áreas da saúde, educação, segurança pública, equipamentos públicos e infraestrutura urbana, conforme tabela abaixo:

EMPREENDIMENTOS EM 2021	CONCLUÍDOS	EM ANDAMENTO	A INICIAR	TOTAL DE EMPREENDIMENTOS	TOTAL DE INVESTIMENTOS
SAÚDE	1	4	3	7	63.371.537
EDUCAÇÃO	3	8	2	12	21.146.661
SEGURANÇA	1	6	1	8	128.484.911
EQ. PÚBLICOS	-	3	-	3	1.065.972
INFRAESTRUTURA	-	1	1	2	61.625.860
	5	22	7	34	275.694.941

Em 2021, foram concluídas as seguintes obras:

EMPREENDIMENTO	MUNICÍPIO	ENTREGA	VALOR (R\$)
REFORMA DA ESCOLA INDÍGENA IMBAÚBA	SÃO JOÃO DAS MISSÕES	30/04/21	272.295
REFORMA DA ESCOLA INDÍGENA RIACHÃO	SÃO JOÃO DAS MISSÕES	28/02/21	284.502
CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PAC ARRUDAS FINHIS	CONTAGEM	08/01/21	5.369.684
UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA PAC ARRUDAS FINHIS			
NOVOS BLOCOS DE ALOJAMENTO DO CENTRO SOCIOEDUCATIVO DE UBERABA	UBERABA	31/03/21	1.672.947
TOTAL			7.599.428

Dentre as obras em andamento, damos destaque às seguintes:

- Reforma do bloco cirúrgico do Hospital Júlia Kubitscheck, em Belo Horizonte;
- Retomada da obra de construção do Hospital Regional de Governador Valadares;
- Reforma do Hospital Eduardo De Menezes, em Belo Horizonte;
- Construção de 192 unidades habitacionais PAC Ferrugem, em Contagem;
- Construção do Centro Socioeducativo de Alfenas.

É importante destacar a retomada da obra do Hospital Regional de Governador Valadares, paralisada desde 2017. As obras serão financiadas com recursos do acordo do firmado junto à Fundação Renova, no âmbito de ações compensatórias.

A execução das obras na área da saúde conta também com recursos para combate à pandemia da COVID-19, como a ampliação de 40 leitos no Hospital Julia Kubitschek e outros 12 leitos do Hospital Eduardo de Menezes, ambas concluídas em 2020 e que seguem com reformas complementares em 2021.

Destaca-se ainda a execução de obras com recursos provenientes de repasses junto ao Governo Federal. São intervenções de infraestrutura urbana para controle de cheias e encostas; obras para construção de novas vagas em presídios e centros socioeducativos e obras de melhoria de infraestrutura rodoviária.

7. CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS DE SAÍDA DE DOAÇÃO DE MATERIAIS

A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade - Seinfra, no cumprimento de suas atribuições institucionais, é responsável pelo apoio à infraestrutura municipal por meio da celebração de convênios de saída para execução de obras de infraestrutura urbana e por meio da doação de materiais metálicos.

De maneira geral, são celebrados convênios de saída para melhoramento de vias urbanas; calçamento; construção de equipamentos esportivos; reforma e construção de praças, dentre outras ações de melhoria da infraestrutura dos municípios.

Já o Programa de Doação de Materiais contempla a doação de vigas metálicas para construção de pontes; bueiros metálicos para transposição de cursos d'água e mata burros. O programa tem como foco as estradas rurais, contribuindo para a melhoria de rotas de escoamento de produção agrícola e de transporte escolar.

Em 2021, encontra-se em andamento na Secretaria, a celebração de 100 convênios de saída provenientes de indicação de emendas impositivas e não impositivas, o que totaliza em torno de R\$ 27,5 milhões em repasses para 89 municípios mineiros.

Ainda, encontram-se em análise a doação de 1.158 mata-burros, 26 conjuntos de vigas metálicas e 549 metros lineares de bueiros metálicos, a serem destinados à 293 municípios que foram contemplados com autorizações para o recebimento de doações.